

Flávio Ferraz

Desafios epistemológicos para a psicanálise

Ensaio psicanalítico III



Blucher

DESAFIOS
EPISTEMOLÓGICOS
PARA A PSICANÁLISE

Ensaio psicanalítico III

Flávio Ferraz

Desafios epistemológicos para a psicanálise: ensaios psicanalíticos III

© 2025 Flávio Ferraz

Editora Edgard Blücher Ltda.

SÉRIE PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coordenador da série Flávio Ferraz

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenador editorial Rafael Fulanetti

Coordenação de produção Andressa Lira

Produção editorial Luana Negraes

Preparação de texto Bárbara Waida

Diagramação Negrito Produção Editorial

Revisão de texto Maurício Katayama

Capa Leandro Cunha

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Ferraz, Flávio

Desafios epistemológicos para a psicanálise : ensaios psicanalíticos III / Flávio Ferraz. – São Paulo : Blucher, 2025.

200 p. (Série Psicanálise Contemporânea / coord. de Flávio Ferraz)

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2496-9

1. Psicanálise 2. Freud, Sigmund, 1856-1939

I. Título. II. Série.

24-5557

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise

Conteúdo

À guisa de introdução: desafios epistemológicos para a psicanálise na teoria, na clínica e na transmissão	9
1. De objeto da pulsão a objeto-fonte da pulsão: um imperativo epistemológico	57
2. A pulsão de morte na perversão	75
3. A forclusão e a radicalidade da experiência psicótica	89
4. Psicanálise e pragmática da linguagem	105
5. Limites da discursividade e contratransferência	123
6. Particularidades da formação do analista	165
7. Transmissão via inconsciente	189

À guisa de introdução: desafios epistemológicos para a psicanálise na teoria, na clínica e na transmissão¹

Desde o primeiro *insight* de Freud, ainda no século XIX, que deu início à construção do que viria a ser uma nova e revolucionária disciplina, a psicanálise enfrentou desafios epistemológicos para consolidar sua posição no domínio das ciências. Afinal, seu projeto era ambicioso, como ele próprio registrou no artigo “Uma dificuldade no caminho da psicanálise” (Freud, 1917/19810). Tratava-se, nada menos, de empreender a consolidação de uma disciplina que viesse a desferir o *terceiro golpe* no narcisismo da humanidade, na sequência de outros dois nada modestos. O primeiro golpe, o *cosmológico*, deveu-se à descoberta de Copérnico de que a Terra, o domicílio do homem, não era o centro estacionário do universo; o segundo, o *biológico*, resultou das pesquisas de Darwin, que retiraram o homem de sua supremacia para colocá-lo em seu devido lugar na escala animal. Finalmente, o golpe *psicológico*, ocorrido por obra e mérito do próprio Freud,

1 A parte introdutória deste texto, em conjunto com a seção “Desafios epistemológicos na teoria”, foi originalmente publicada em forma de artigo na *Revista Brasileira de Psicanálise*, 58(2), 101-113, 2024; a seção “Desafios epistemológicos na clínica psicanalítica” foi publicada originalmente no *Jornal de Psicanálise*, 57(107), 25-38, 2024, a convite da editora Berta Azevedo, a quem agradeço.

atingiu o sujeito da certeza e da razão, à medida que a psicanálise apontou para um eu que não era completamente senhor de si, isto é, encontrava-se sujeito a aspectos inconscientes que, a despeito de influenciarem profundamente em sua configuração psíquica, não se deixavam sujeitar pela consciência ou pela razão. (Fer-raz, 2024c, p. 164)

A tarefa que cabia à nova ciência era a construção de um corpo teórico-clínico complexo que, como escreveu Freud (1923/1981s) na definição de psicanálise em “Dois verbetes de enciclopédia”, fosse ao mesmo tempo:

(1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (p. 287)

Assim, a psicanálise já surgiu com a vocação de se tornar um método terapêutico indissociável de uma teoria do aparelho psíquico, a chamada *metapsicologia*. Seu destino seria o de constituir-se como uma ciência nova, destacada tanto da medicina como da psicologia. A entrada em cena do inconsciente, conceito que sustenta o edifício teórico-clínico da psicanálise, exigia nada menos que o fim da ilusão da posse, pelo homem, da completa certeza sobre si. Conferia ao eu o atestado de que tivera sua origem no outro: o inconsciente é o outro, dirá a fórmula sintética lacaniana.

É assim que desfilam na obra de Freud sucessivas evidências da invasão do eu por essa instância que o ultrapassa. Senão, vejamos:

por meio do ato falho, dizemos mais do que sabemos ou do que gostaríamos de dizer; nos sonhos, os desejos recalçados insistem em aparecer, ainda que disfarçadamente; o neurótico obsessivo vive assolado por pensamentos desagradáveis que se assomam a sua consciência aos borbotões, sem que ele possa conter sua aparição; o psicótico é atravessado por delírios que trazem o outro em estado intacto para dentro de sua mente, destituindo-o de sua própria delimitação ontológica; e assim por diante.

A especificidade constitutiva da lógica da psicanálise, segundo Dor (1988), se caracteriza pela ligação inextrincável entre aquilo que *escapa do sujeito* e seu estatuto de *verdade*. Porém, antes de Freud perceber que havia um *sentido* no que dizia a histórica, os sintomas eram vistos como produto da degenerescência da mente. Assim, a psicanálise promoveu uma subversão epistêmica ao reconhecer não apenas que há uma dimensão de verdade naquilo que escapa do discurso racional do sujeito – dito de outro modo, naquilo que o ultrapassa –, mas ainda que tal verdade não pode se revelar no discurso consciente.

A partir de intuições ainda muito iniciais sobre o inconsciente, coube a Freud trilhar um longo caminho até a consolidação de uma posição epistemológica própria da psicanálise, uma vez que sua essência trazia algo de disruptivo em relação ao estado em que se encontrava a teoria da ciência. Este é um longo e complexo trajeto, já detalhado por muitos estudiosos do desenvolvimento da psicanálise, como P.-L. Assoun (1983), que historiou o paradoxo vivido por Freud nas investidas sobre o tema da relação entre sua disciplina e a ciência. Em uma brevíssima síntese: por mais que tenha conduzido a psicanálise a uma posição de ruptura com as exigências metodológicas das ciências duras ou da natureza (*Naturwissenschaften*), Freud jamais desistiu de incluir sua disciplina entre elas. A história descortina motivações adicionais a sua estrita concepção epistemológica, como a necessidade de tornar a psicanálise reconhecida

e aceita pelo meio acadêmico. Para isso, era preciso não renunciar a uma argumentação que defendesse sua ciência enquanto parceira legítima da física e da química, como se depreende de suas relações com os grandes cientistas da época.

Mas os aspectos *políticos*, por assim dizer, não atenuam o fato de que Freud tinha um partido na discussão sobre o que se exigia de uma ciência para que ela pudesse se designar como tal. Em sua formação médica, ele já recebera a influência de Brücke e Brentano, no sentido de se afastar de conceitos metafísicos – e da *Naturphilosophie* – para se constituir como aquilo que seria um verdadeiro cientista. Posteriormente, a influência do filósofo austríaco Ernst Mach, defensor do caráter necessariamente empírico de toda ciência, ficaria patente no extenso arrazoado inicial do artigo “A pulsão e seus destinos”, em que Freud (1915/1981n) argumenta ser lícito que uma nova disciplina, em seu processo de construção, tome de empréstimo os fundamentos de ciências já consolidadas. Isso justifica as reiteradas tentativas que fez de extrair da física e da química os fundamentos que julgava aplicáveis à psicanálise. Está posto aí, claramente, o anseio de carimbar a psicanálise como ciência positiva, observando critérios empíricos de verificabilidade e não se deixando contaminar por conceitos metafísicos.

Como se observa nos primeiros trabalhos de Freud, em particular nos *Estudos sobre a histeria* (Breuer & Freud, 1895/1981), a causa do sintoma histérico – a memória recalçada de um evento doloroso – teria que ser encontrada por meio de um árduo trabalho de rememoração que caracterizava o incipiente método terapêutico e investigativo. Essa “causa”, ainda que situada na *história* de um sujeito, e não na anatomia ou na fisiologia, fazia as vezes da materialidade exigida na explicação da causação material nas ciências da natureza. Entretanto, é bastante curiosa a constatação de que, nos anos iniciais de sua prática clínica e seu exercício de teorização, Freud já se dedicava a defender uma especificidade incontornável

de sua disciplina, a saber, a localização do fator etiológico na *história* do sujeito, e não em seu corpo. Os relatos de caso reunidos nos *Estudos sobre a histeria* têm, por essa razão, uma estrutura mais afim à narrativa literária do que a um trabalho científico. A investigação e a intervenção se davam por meio da *palavra!* Curiosa injunção essa, que, se mostra uma posição desfavorável no estrito campo das ciências da natureza, foi também o que, historicamente, abriu espaço para a paulatina afirmação de uma ciência que operava em outro terreno que não o da materialidade.

Essa tendência irrefreável já aparece, por exemplo, nas ponderações de Freud (1905/1981e) no artigo “Tratamento psíquico (ou mental)”:

Tratamento psíquico denota, antes, o tratamento que se inicia na mente, o tratamento (seja de distúrbios mentais ou físicos) por medidas que atuam em primeiro lugar e imediatamente sobre a mente humana. De primeira importância entre tais medidas é o uso de palavras; e as palavras são o instrumento essencial do tratamento mental. Um leigo, sem dúvida, achará difícil compreender de que forma os distúrbios patológicos do corpo e da mente podem ser eliminados por “meras” palavras. Ele achará que lhe estão pedindo que acredite em mágica. E não estará muito errado, pois as palavras que usamos em nossa fala diária não são senão uma mágica atenuada. Mas teremos que seguir um desvio para explicar de que forma a ciência se propõe restituir às palavras pelo menos uma parte de seu antigo poder mágico. (p. 297, grifos meus)

A rigor, essas afirmações são tão enfáticas que pouco teríamos a acrescentar para caracterizar a psicanálise como disciplina que

rompe com o campo das ciências duras. Entretanto, muitos anos ainda se passariam até a publicação do trabalho *A questão da análise leiga*, em que, indiretamente, Freud (1926/1981w) reconhece que a psicanálise se apartara da medicina. Ele não o faz com uma tal afirmação explícita, mas escreve um texto extenso em defesa da prática da psicanálise por leigos, isto é, não médicos.²

Para vencer os desafios no caminho de sua consolidação, a psicanálise teve que desenvolver um corpo teórico coerente com seu respectivo método clínico, com a inescapável tarefa de chegar à definição de um objeto que se distinguisse tanto daquele das ciências da natureza quanto da cultura. Como justificativa para sua existência legítima em meio às ciências, foi necessário, por meio de um contínuo processo de tentativa e erro, formular um discurso consistente sobre seus fundamentos específicos, de modo a poder abrir mão dos empréstimos que fizera de outras ciências. Empréstimos que, muitas vezes, podem soar como metáforas, conquanto seja visível a crença de Freud na sua condição de verdadeiros fundamentos científico-epistemológicos.

No afã de construir um corpo uno, composto não apenas por uma metapsicologia e um método, mas também por uma *fundamentação solidária à definição de seu objeto específico*, a psicanálise enfrentou uma verdadeira corrida de obstáculos, que não seria possível arrolar num espaço como este. Assim, tratarei de um conjunto de desafios que estiveram presentes na constituição da *teoria* e da *clínica* e, para além delas, da *transmissão*, algo que, na psicanálise, merece uma consideração particular quando comparado ao que se passa em outras ciências.

2 Este trabalho foi escrito em defesa de Theodor Reik, membro da Sociedade Psicanalítica de Viena, que, em 1926, foi processado por charlatanismo por exercer a clínica sem ser diplomado em medicina.

Não pretendo enumerar sistematicamente esses desafios ao longo da história. As considerações que farei decorrem, de modo desprezioso, das inquietações que encontro na constituição de meu próprio entendimento da disciplina, bem como das dificuldades que enfrento no ofício da clínica e na labuta com a transmissão. Baseiam-se, confessadamente, em minhas predileções teóricas e estéticas e em minhas crenças éticas.

Desafios epistemológicos na teoria

No primeiro plano dos desafios relativos à teoria estive o encontro de uma fundamentação própria e específica para a psicanálise, que lhe permitisse definir com precisão seu objeto e, simultaneamente, legitimar o método adequado à sua abordagem. Fundamentação epistemológica e definição de objeto específico são, portanto, tarefas indissociáveis.

A influência de Mach sobre Freud o conduziu a um discurso, explicitado na introdução do artigo “A pulsão e seus destinos” (Freud, 1915/1981n), que justificava o procedimento que uma nova ciência deveria adotar. Ela deve começar por observar e descrever fenômenos, até edificar um *sistema* que, inicialmente, se explica com base em ideias retiradas das vizinhanças científicas. O inconsciente seria, a seu ver, um objeto da natureza, e essa forma de pensar o levou a uma verdadeira obstinação pelo alinhamento da psicanálise às *Naturwissenschaften*. Mas o que se exigia de uma ciência propriamente dita era o emprego do método empírico, e os procedimentos clínicos de Freud não poderiam se acomodar a essa designação.

Quando saltamos do momento freudiano para o ponto a que chegamos após mais de um século de elaboração do problema pela filosofia da ciência, encontramos um estado de coisas tal como descrito na conciliação proposta por Mezan (2002):

A divisão entre ciências naturais e ciências humanas já não passa atualmente pela oposição entre universal e singular, nem pela oposição entre explicação e compreensão. Ela reside na diferença entre o método experimental e os métodos não experimentais, o que é completamente diferente. O método experimental convém a objetos nos quais a singularidade é irrelevante – o fato de se tratar deste ou daquele nada significa perante o fato de ser um exemplar da categoria. Já as ciências humanas têm de levar em conta a singularidade de seu objeto, que coexiste, de modo inextrincável, com a dimensão supra-singular que o método também quer alcançar. Nesse sentido, o emprego do método clínico – que não é um método experimental – obriga-nos a situar a psicanálise ao lado das ciências humanas, e isso sem que os motivos que levaram Freud a colocá-la entre as ciências da natureza tenham perdido a validade. Simplesmente, não é mais possível utilizar o termo empírico como equivalente a da natureza, como parecia evidente a Freud no contexto em que elaborava suas reflexões. (p. 485)

Curiosamente, após décadas de evolução da filosofia da ciência, a psicanálise continua a ser, de tempos em tempos, inquirida sobre sua cientificidade, o que implica, evidentemente, ter a legitimidade questionada. Mas ela tem sobrevivido com vigor aos ataques de proselitistas epistemologicamente analfabetos.

No trabalho de Assoun (1983), encontramos um levantamento exaustivo dos diversos momentos do esforço de Freud na busca de fundamentos para a psicanálise. O autor faz uma distinção entre os *fundamentos epistemológicos do freudismo* e os *fundamentos históricos da metapsicologia freudiana*. O primeiro fundamento

epistemológico presente em Freud é o *monista*, responsável por sua “obstinação um pouco teimosa em rotular sua psicanálise de *Naturwissenschaft*” (p. 48), por acreditar não haver uma variante no domínio das ciências. Ele rejeitava a legitimidade do que seria a alternativa, as ciências do espírito (*Geisteswissenschaft*), algo que lhe causava espécie. O segundo fundamento é o *fisicalista*, representado pelas referências físico-químicas na explicação dos fenômenos mentais, que vemos à exaustão nas hipóteses sobre os fluxos da energia psíquica nos processos de retenção e descarga, que, inclusive, embasam a diferenciação entre o processo primário e o secundário. O terceiro fundamento, por fim, é o *agnosticista*, que introduz um paradoxo sobre o qual a metapsicologia terá que se equilibrar. Para Freud, a psicanálise é, por definição, uma ciência da natureza, como vimos. No entanto, a esfera de fenômenos que investiga é a dos *processos inconscientes*, em última instância incognoscíveis, como a *coisa em si* kantiana (*noumenon*), conceito por ele mesmo convocado. Eis aí, de modo acabado, o paradoxo — sofisma, no dizer de Assoun — em que a epistemologia freudiana mergulhou.

Os fundamentos históricos da metapsicologia freudiana, por sua vez, adviriam de três modelos: o brückiano, que vai da anatomia à tópica e tem como eixo o princípio da conservação da energia; o herbartiano, que vai da tópica à dinâmica e se centra sobre a ideia de que todo fenômeno psíquico é uma representação ou nela encontra apoio; e o fechner-helmholtziano, que vai da dinâmica à econômica e defende o imperativo da quantificação na pesquisa psicológica. Por meio dessa sequência descortinam-se os bastidores da formulação de uma metapsicologia com suas três componentes, a tópica, a dinâmica e a econômica.

A epistemologia da psicanálise, segundo Assoun (1983), se circunscreve à obra de Freud; tanto que ele fala em epistemologia *freudiana*, em vez de *psicanalítica*. Para ele, a metapsicologia

pertence a Freud, por seu caráter inaugural e pela quebra de paradigmas que ele levou a cabo. Mezan (2002), com propriedade, critica essa restrição, uma vez que ela pode ter por consequência a personalização de uma disciplina, o que justificaria, por exemplo, que a psicanálise fosse tomada por “ciência judaica”, como efetivamente já o foi. Para ele, o ideal seria admitir que outros teóricos deram prosseguimento à pesquisa de Freud, de modo a preencher lacunas e estabelecer novos conceitos que se legitimam como componentes da metapsicologia e até mesmo promovem remanejamentos na epistemologia da psicanálise. Foi por mérito de autores pós-freudianos que se estendeu o leque da analisabilidade a pacientes que não cabiam na primeira concepção técnica de Freud, como veremos adiante na discussão sobre os desafios epistemológicos enfrentados pela clínica.

Depois de Assoun, foi J. Laplanche quem, a meu ver, contribuiu de maneira decisiva para o esclarecimento da trajetória da fundamentação da psicanálise, inclusive atingindo um ponto de onde pôde depreender da própria obra de Freud o fundamento último de sua disciplina, algo que ele mesmo, Freud, não entrevira.³ Para isso, Laplanche (1992) se valeu de um procedimento peculiar, que foi o de “fazer Freud trabalhar”, isto é, empreender uma leitura em extensão de sua obra de modo a extrair dela próprias relações lógicas ali não explicitadas. O fundamento da psicanálise, para ele, deveria corresponder necessariamente ao que funda cada processo psicanalítico particular e, em última instância, ao que funda o ser

3 A. Green (2003) também se posiciona quanto à necessidade de se buscarmos os fundamentos da psicanálise na própria descoberta psicanalítica: “Qualquer que seja o interesse das informações recebidas do domínio dessas disciplinas afins, o essencial da pesquisa em psicanálise deve situar-se, parece-me, do lado da prática e da clínica psicanalíticas, cuja referência é indispensável para nortear o pensamento psicanalítico. A psicanálise é a ciência fundamental do psiquismo e não recorre a outras ciências fundamentais das quais ela seria uma aplicação” (p. 490).

humano. Em outras palavras: fundamento e objeto são conceitos inseparáveis, e o tratamento psicanalítico recapitula a constituição do sujeito.

Fundamentos: é, a partir de uma crítica incessante dos conceitos ditos fundamentais, uma retomada dos gestos e dos movimentos que fundam; que fundam o quê? Que fundam a psicanálise; que fundam uma psicanálise, no sentido do que chamamos o tratamento; e, finalmente, que fundam o ser humano. Pois, eu insisto, o que é fundador para a psicanálise só pode sê-lo se estiver em ressonância, estiver a posteriori, com o que é fundador para o ser humano. (p. 2)

Laplanche (1992) faz um levantamento crítico dos modelos supostamente fundantes pelos quais Freud foi passando em sua trajetória teórica: o biológico, o filogenético e o mecanicista, acrescentando o linguístico, produto da empreitada lacaniana de fundamentação do sujeito e do método a partir do pensamento neoestruturalista (Lacan, 1966/1998).⁴ Ao fim da trajetória, e levando às últimas consequências o propósito de extrair da própria descoberta psicanalítica seu fundamento, propõe que este se encontra na ideia do apoio (*Anlehnung*), por meio do qual a sexualidade psíquica se destaca do plano somático ou da conservação (Freud, 1905/1981c).

4 J. F. Costa propõe outra fundamentação do sujeito na linguagem, defendendo a substituição da linguística neoestruturalista, da qual lança mão Lacan (1966/1998), pela *pragmática da linguagem* de L. Wittgenstein, D. Davidson e R. Rorty. Essa empreitada, evidentemente, não se restringe a uma mudança teórica, mas traz em seu bojo alterações significativas no método psicanalítico, uma vez que produz rearranjos tanto lógicos como éticos, exigidos pela concepção de sujeito que defende (cf. Costa, 1994). Essa proposta de J. F. Costa é discutida minuciosamente no Capítulo 4, “Psicanálise e pragmática da linguagem”.

São várias as consequências dessa proposição, todas de importância capital para a metapsicologia e para a clínica. Por exemplo: a sexualidade psíquica surge na mesma operação que funda o sujeito, por meio da *sedução originária* inevitavelmente perpetrada pelo adulto portador de um inconsciente sexual, no contexto da *situação antropológica fundamental*. Nesse processo, ocorre a separação entre o nível pulsional, que se destaca, e o nível basal da conservação. O outro (adulto), que invade a criança e provoca o nascimento de sua sexualidade, nela se instala como objeto primordial, transformado em *fonte da pulsão*, doravante mais bem designado como *objeto-fonte* da pulsão.⁵ Corpo somático e corpo erógeno se separam, mantendo entre si, contudo, a ponte representada pelo apoio. A *pulsão*, identificada com a sexualidade psíquica, não se confunde mais com o *instinto*, agora entendido como esquema herdado da filogênese. É no nível pulsional, portanto, que se funda o sujeito sexuado e desejante.

Em consonância com a exigência de coerência que vimos anteriormente, esse nível funda também o objeto da psicanálise, que vem a ser o objeto da pulsão ou objeto psíquico propriamente dito, descolado do objeto da conservação. Em suma, Laplanche elimina qualquer confusão entre os planos da *objetividade* e da *objetividade*. O primeiro se situa no nível da conservação, remanescendo como objeto da psicologia, na medida em que se refere a funções como a percepção e a cognição. O segundo, por sua vez, se situa no nível da pulsionalidade, tornando-se, dessa forma, objeto da psicanálise.

Esse processo de encontro do objeto específico da psicanálise, na culminância de sua afirmação epistemológica, é também recapitulado por Mezan (2002), que o chama de objeto *psíquico*,

5 Essa questão é trabalhada detalhadamente no Capítulo 1, “De objeto da pulsão a objeto-fonte da pulsão: um imperativo epistemológico”.

surgido à diferença do objeto *natural* das ciências duras, da mesma forma como o objeto *cultural* se definiu em virtude da independência adquirida pelas ciências sociais. Existe ainda o objeto *ideal*, da matemática, situado para além da materialidade, exemplificado pelo autor pelo número imaginário “*i*”, a raiz quadrada de -1 . O objeto psíquico, novidade introduzida pela psicanálise, não coincide com o objeto da psicologia, uma vez que é apenas na experiência da transferência que se manifesta, o que torna sua ocorrência um evento particular da *situação analítica*. A cada espécie de objeto deve corresponder um método de investigação coerente com sua natureza, de modo que a pretensa universalidade do método das ciências naturais cai por terra à medida que as ciências humanas encontram as bases epistemológicas próprias.

Há ainda uma consideração adicional a ser feita a respeito do processo de sexualização. O significante enigmático, oferecido pelo adulto, é uma manifestação inconsciente. Portanto, aquilo que ele faz instalar no incipiente aparato psíquico da criança não é determinado por uma ação consciente. Isso significa que não haverá esforço possível capaz de configurar um certo modo de desejar. A escolha objetual, que não se subordina à biologia, tampouco se deixa definir por meio da educação. O objeto do desejo é contingente, e não natural. A constituição da objetividade é o outro lado da moeda da formação da identidade sexual. Laplanche (2015) fala em *identificação passiva*, o que significa que, por efeito do significante enigmático, alguém é *identificado por* outro, não cabendo o uso do reflexivo-ativo numa assertiva do tipo “alguém se identifica com”.

A construção do objeto do desejo, que será figurado pela fantasia que engendra, é bastante precoce. Ele permanecerá latente até que a maturação sexual, ocorrida no território biológico, o convoque ao tempo da descarga. E, ainda que alguns não concordem com essa asserção radical, é imutável. Ribeiro (2010) convoca a etologia para advogar que, na determinação da objetividade, algo se passa

à moda do *imprinting*, que fixa padrões (*patterns*) no desenvolvimento comportamental dentro de uma janela temporal rigorosamente estabelecida na filogênese.⁶

Não é preciso muito esforço para deduzir o lugar que Laplanche atribui à biologia na constituição do sujeito. Sem negar seu papel, ele propõe sua devida participação no processo como base instintual, reservando à sexualidade psíquica sua origem *no outro*, ou melhor, no inconsciente do outro, ou seja, do adulto presente na situação antropológica fundamental, da qual decorre a inexorável sedução originária.

Penso que a proposição de Laplanche sobre a *situação antropológica fundamental* como ponto fundante do sujeito e da sexualidade psíquica responde a uma exigência epistemológica inescapável que se faz à psicanálise. Trata-se da necessidade de colocar seus fundamentos em termos, digamos, axiomáticos, capazes de responder às questões gerais e universais da constituição do sujeito, sem se limitarem por referentes culturais têmporo-espaciais. Em que pese o fato de que o objeto da psicanálise, em razão de sua natureza, não prescindirá de uma abordagem com características narrativas – principalmente na discussão da clínica –, é inegável a necessidade de se atingir um patamar discursivo que transcenda os referentes datados que saturam a teoria.

Em Freud, por exemplo, o complexo de Édipo é descrito em termos dos papéis de *pai* e *mãe*, que, em autores posteriores, evoluem timidamente para *figura materna* e *figura paterna*. Com tal nomeação, é incontestável que estejam mais sujeitos a reproduzir a normatividade cultural inerente à definição de papéis em função do gênero. Lacan (1966/1998) dá um salto epistêmico ao propor o significante *Nome-do-Pai* como conceito que dá conta da instalação da lei, retirando seu agente da concretude específica de pai

6 Cf. Lorenz (1995).

propriamente dito. Bion (1967/1988), por sua vez, para tratar da gênese do pensamento, recorrerá à cena do encontro da boca do bebê com o mamilo da mãe para explicar a passagem de uma *pre-concepção* a uma *concepção*, rumo ao pensar. Em ambos os casos, assiste-se a tentativas de, por assim dizer, universalizar os fundamentos do sujeito para além da cena demarcada pelas figuras concretas de pai e mãe, que, por mais frequentes que sejam, não podem responder por uma generalização. Mais ainda se tem a considerar quando é a própria família ou sociedade que se inclui no argumento. Mesmo em busca de uma axiomatização, o Nome-do-Pai, descolando-se da estrita figura do pai na pena de Lacan, mantém o *pai* em sua nomeação conceitual. Falar em mamilo, como faz Bion, mantém no âmago do processo a cena de que participa a mãe real. Assim, trata-se de avanços rumo ao universal que, no entanto, deixam o rastro indicativo do modelo concreto do qual partiram.

Por essa razão, a ideia de situação antropológica fundamental atende ao que, no ser humano, é irredutível: a sobrevivência de um bebê nos anos iniciais, em virtude de sua inelutável condição de desamparo (*Hilflosigkeit*), depende, imprescindivelmente, de um adulto que atenda às suas necessidades vitais. É essa assimetria que Laplanche explora em sua teoria, quando um adulto desejante, portador de um inconsciente e de uma sexualidade, age sobre um bebê ainda não constituído como sujeito. Isso é válido independentemente do contexto cultural com suas configurações familiares e sociais. O conceito proposto por Laplanche tem, assim, a vantagem de sobreviver às mudanças experimentadas pela ordem social, algo que, aliás, tem ocorrido em crescente velocidade. Sua validade não se perde, por exemplo, diante de realidades como a da homoparentalidade, entre outras, nem requer que um bebê seja amamentado no seio real de uma mãe biológica.

Fazer trabalhar a psicanálise, como propõe Laplanche (1992), implica exatamente a tarefa de “voltar o feitiço contra o feiticeiro”,

ou seja, usar os próprios recursos analíticos para submeter a teoria a um trabalho que vá ao encontro de seus pontos recalçados. Somente assim é possível detectar e eliminar as impregnações ideológicas da teoria – de ocorrência inevitável em suas versões iniciais, diga-se de passagem –, para aceder a um patamar em que ela se torne mais generalizável e, por conseguinte, mais funcional. Sabemos como a psicanálise tem sido cada vez mais exigida a se posicionar sobre as mudanças em quesitos como gênero, parentalidade, raça, costumes, relações sociais, sistemas de dominação política etc.

De todo o arrazoado sobre a contribuição de Laplanche, destaque, enfim, a consequente compreensão do processo analítico como situação que recapitula e, desse modo, historiciza a gênese do sujeito. Para tanto, ele só pode ser instituído por força de um *setting* que reproduza a situação originária, quando a criança se vê diante da questão: “o que esse seio quer de mim?”. Questão que se faz como reação a sua exposição ao *significante enigmático* oferecido pela mãe, lançando-a na tarefa de tradução. Significante duplamente enigmático, uma vez que também o adulto o oferece de modo inconsciente. De modo controlado e metódico, então, o analista reproduz a cena da sedução originária ao estabelecer a *regra fundamental* da análise (Freud, 1912/1981i), observando os princípios de abstinência e neutralidade. Ida Macalpine (1950), num clássico artigo que, inclusive, inspirou Laplanche sobre o assunto, ampliou a concepção de Freud ao postular que a transferência, tal como se dá na análise, tem como condição de possibilidade a instauração do *setting* analítico. Portanto, não é similar ao que se passa em outra relação qualquer, mas específica da análise.

Por fim, gostaria de trazer um último desafio enfrentado pela teoria – *last but not least* –, cuja solução está ligada à questão da radicalidade do objeto da psicanálise, que acabamos de discutir. Trata-se do problema da *transmissão transgeracional*, uma pedra no sapato de Freud. Em “O eu e o isso” (Freud, 1923/1981t), ele

arrisca uma hipótese, que mais parece inspirada no pensamento lamarckista,⁷ para explicar o modo como se dá a transmissão de experiências de uma geração a outra:

As experiências do eu parecem, a princípio, estar perdidas para a herança; mas, quando se repetem com bastante frequência, e com intensidade suficiente em muitos indivíduos, em gerações sucessivas, transformam-se, por assim dizer, em experiências do isso, cujas impressões são preservadas por herança. Dessa maneira, no isso, que é capaz de ser herdado, acham-se abrigados resíduos das existências de incontáveis eus; e quando o eu forma o seu supereu a partir do isso, pode, talvez, estar apenas revivendo formas de antigos eus e ressuscitando-as. (p. 53)

Dito sem subterfúgios: haveria experiências incorporadas pelo isso que se tornam patrimônio biológico transmissível de uma geração a outra. Ora, trata-se de uma proposição demasiado frágil quando examinada sob um crivo científico minimamente rigoroso. Sugere uma verdadeira aventura pelos domínios da genética. Mas, com Laplanche, somos socorridos pela concepção de *significante enigmático*, que tem potencial suficiente para lançar luz sobre o problema da transmissão transgeracional, uma vez que se trata de uma tese sobre um modo particular de comunicação entre pais e filhos ou, genericamente, entre adultos e crianças. Parte essencial da “herança” deve ser transmitida, portanto, por meios inconscientes, de modo que não surpreende a existência de aquisições cuja

7 Jean-Baptiste de Lamarck, introdutor de ideias evolucionistas pré-darwinianas, ficou conhecido pela postulação da transmissão genética de caracteres adquiridos através das gerações.

transmissão pareça misteriosa e que, por isso, tenha sido explicada de maneira prematura com base na genética. Até porque o significante não se expõe apenas no discurso verbal, mas se presentifica igualmente em cada gesto e em cada silenciamento, impregnando a cultura de um grupo familiar e se alastrando pelo social.

Essa forma de compreensão trazida por Laplanche tem o mérito de, enfim, conferir ao problema da transmissão transgeracional o indispensável rigor científico, levando mais longe o conceito de *significante* cunhado por Lacan (1966/1998), ainda que este já reconhecesse seu aspecto potencialmente enigmático. Laplanche, mais uma vez radical na exigência de uma consistência epistemológica, reforça a concepção do caráter *psíquico* de toda transmissão transgeracional, retirando de uma genética imaginária a responsabilidade por sua ocorrência e devolvendo os fenômenos psíquicos ao universo do significante. Assim como na identificação sexual e sua correlata escolha de objeto, na transmissão transgeracional é o significante enigmático que, portando o desejo do outro, produz as marcas constitutivas do sujeito pulsional. Essa assertiva consolida uma tomada de partido da psicanálise no debate sobre o inato e o adquirido, deixando à biologia seu lugar no plano do *instinto* enquanto *esquema filogenético*. Isso não retira dela sua importância. Ao contrário, faz-lhe justiça ao mantê-la em seu lugar natural.



Neste livro os desafios são tratados com amplitude e profundidade, refletindo o percurso de um psicanalista em plena maturidade. Partindo da situação antropológica universal como fundamento, as ressonâncias para a clínica são então abordadas: na transferência, que rompe com a ciência positiva, e nos desenvolvimentos da era pós-freudiana. A perversão e a psicose, com o foco na destrutividade e na contratransferência, e a necessária repatriação do corpo somático são discutidas em detalhes. Por fim, Ferraz nos traz os desafios e os paradoxos na transmissão da psicanálise: a teoria precisa ser bem conhecida, mas também “esquecida” na sessão, e a singularidade do analista é um valor maior.

– Decio Gurfinkel

série

PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coord. **Flávio Ferraz**

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2496-9



9 788521 224969



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

Desafios epistemológicos para a psicanálise

Ensaio psicanalítico III

Flávio Ferraz

ISBN: 9788521224969

Páginas: 200

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2025
